

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de junho de 2022, pelas 10 horas e sete minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### I Parte - 10h00

1. **Apreciação e votação da ata da reunião n.º 9, de 15 de junho de 2022;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:**
  - [Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.ª \(ALRAA\)](#) – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-b/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida e cria uma medida excecional de compensação;  
Relatora: Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)**
  - [Projeto de Lei n.º 2/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);  
Relator: Deputado Hugo Maravilha (PSD)**
4. **Apreciação e votação do relatório final sobre a [Petição n.º 339/XIV/3.ª](#) — Pelo acesso à antecipação da reforma dos trabalhadores em regime 3 turnos rotativos, da iniciativa de Luis Fernando Gonçalves Gomes (1000 assinaturas);  
Relator: Deputado Fernando José (PS)**
5. **Deliberação sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para apreciação da [Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno e iniciativas conexas, com discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD no mesmo sentido;  
Coordenador: A indicar pelo Grupo Parlamentar do PS**
6. **Apreciação do contributo da Comissão a remeter ao [GT – Alteração do Regimento da Assembleia da República](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias;**
7. **Outros assuntos**
  - **Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a redução dos subsídios de educação especial pagos pela Segurança Social nos primeiros meses de 2022, bem como a redução dos apoios concedidos em várias outras prestações;**
  - **Calendarização das audições pendentes.**

#### II Parte

11h00

**Audição da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas**

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

**Mais Carentiadas (POAPMC), bem como sobre a redução da composição dos cabazes distribuídos.**

- **Agostinho Jardim Moreira, Presidente**
- **Sandra Araújo, Diretora Executiva**

12h15

**Audição do Instituto de Segurança Social, I.P., a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD, do PCP e do IL, sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carentiadas (POAPMC) e as dificuldades no acesso a prestações sociais.**

- **Catarina Marcelino, Presidente em suplência da ISS, I.P.**

---

A Senhora Vice-Presidente da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão (CTSSI), Deputada Diana Ferreira, que presidiu à [reunião](#) em virtude da impossibilidade de a Senhora Presidente Isabel Meirelles estar presente, começou por cumprimentar as Senhoras e Senhores Deputados, tendo, de seguida, dado início aos trabalhos, nos seguintes termos:

1. Apreciação e votação da ata da reunião n.º 9, de 15 de junho de 2022;

A ata em epígrafe foi aprovada por unanimidade.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

Neste ponto, a Senhora Vice-Presidente comunicou que não haviam baixado à Comissão quaisquer iniciativas.

3. Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas:
  - [Proposta de Lei n.º 120/XIV/3.ª \(ALRAA\)](#) – Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 109-b/2021, de 7 de dezembro, que aprova a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida e cria uma medida excepcional de compensação;

A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) apresentou o [parecer](#), da sua lavra, referindo-se ao objeto, motivação e conteúdo da iniciativa legislativa apresentada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e concluindo pela verificação dos requisitos constitucionais e regimentais necessários para que a mesma



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

fosse discutida em plenário. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) e o Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) cumprimentaram a Relatora pelo parecer e pela clareza na sua apresentação. Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Lei n.º 2/XV/1.ª \(PCP\)](#) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e 11.ª alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas);

O Senhor Deputado Hugo Maravilha (PSD) apresentou o [parecer](#), da sua autoria, sobre o Projeto de lei em epígrafe, salientando que outras iniciativas de conteúdo idêntico tinham sido apresentadas em legislaturas anteriores pelo Grupo Parlamentar do PCP. Referiu igualmente os principais aspetos das alterações propostas pelo referido Projeto de lei e concluiu pela verificação dos requisitos constitucionais e regimentais necessários para que aquele fosse discutido em plenário. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade.

A pedido do Grupo Parlamentar do PS os trabalhos prosseguiram para o ponto cinco da ordem do dia.

5. Deliberação sobre a constituição de um Grupo de Trabalho para apreciação da [Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª \(GOV\)](#) — Procede à alteração de legislação laboral no âmbito da agenda de trabalho digno e iniciativas conexas, com discussão e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD no mesmo sentido;

Coordenador: A indicar pelo Grupo Parlamentar do PS

Neste ponto, a Senhora Vice-Presidente começou por dar a palavra à Senhora Deputada Helga Correia (PSD) para apresentação do requerimento mencionado em epígrafe, tendo esta referido que, a par da Proposta de Lei n.º 15/XV/1.ª (GOV), tinham dado entradas várias iniciativas que propunham alterações profundas ao Código do Trabalho, bem como a outros diplomas legais, pelo que lhe parecia da maior utilidade a constituição de um grupo de trabalho para que estas iniciativas pudessem ser apreciadas conjuntamente. O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) disse nada ter a opor à constituição do Grupo de Trabalho, mas questionou o efeito útil do requerimento apresentado pelo GP do PSD, considerando que a criação do grupo de



## **Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

### **ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL**

trabalho era algo que resultava do Plano de Atividades da Comissão. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) concordou com a intervenção anterior e acrescentou também que a deliberação sobre a constituição do grupo de trabalho já estava incluída na ordem do dia da reunião, antes de ter dado entrada do requerimento. Sem prejuízo, declarou que o importante era definir o horizonte temporal do funcionamento do grupo de trabalho que ia ser criado, bem como o âmbito dos trabalhos que nele iriam decorrer, em concreto, questionou se tema dos rendimentos era ou não enquadrável, afirmando que, na sua perspetiva, não era possível falar de trabalho digno sem falar de rendimentos. Por outro lado, alertou que o Governo tinha definido que a discussão sobre os rendimentos ocorreria em outubro, pelo que lhe parecia que os trabalhos do grupo não podiam ficar adiados até esse momento. A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) usou da palavra em representação do respetivo Grupo Parlamentar para concordar com a constituição do grupo de trabalho, recordando que essa tinha vindo a ser a prática da Comissão para o tratamento de processos de legislativos na especialidade ou novas apreciações na generalidade. Expressou também o seu entendimento no sentido de o grupo de trabalho a ser criado se debruçar sobre as matérias relativas à agenda para o trabalho digno, devendo outras iniciativas dar origem a grupos de trabalhos subsequentes, constituídos especificamente para o efeito. Acrescentou ainda que se o grupo de trabalho fosse constituído com um objeto mais abrangente, tendo em vista a apreciação um conjunto alargado de iniciativas, devia ter como designação «Grupo de Trabalho – Alterações à legislação laboral». Sem prejuízo, disse que a integração de outras iniciativas no elenco a ser apreciado pelo grupo de trabalho em debate ou, em alternativa, a criação de outros grupos de trabalho, devia ser algo a ser avaliado no futuro, no momento da respetiva discussão na generalidade dessas iniciativas. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) declarou que a questão relativa aos rendimentos não podia ser separada do debate sobre a agenda para o trabalho digno, pelo que lhe parecia ser de enquadrar no âmbito dos trabalhos do grupo que ia ser criado. O Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) usou de novo a palavra para concordar com a designação proposta pelo GP do PCP e, em resposta à intervenção da Senhora Deputada Helga Correia (PSD), deu nota de que na atividade do grupo de trabalho só podiam ser consideradas iniciativas que já tivessem dado entrada e terminou apelando a que fosse marcada uma primeira reunião com a brevidade possível. A Senhora Deputada Helga Correia (PSD) retorquiu, esclarecendo que podem ser criados

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

grupos de trabalhos temáticos, sem necessidade da existência de iniciativas legislativas associadas, como o era o caso do Grupo de Trabalho - Inclusão e Direitos das Pessoas com Deficiência. O Senhor Deputado Tiago Barbosa Ribeiro (PS) começou por referir que parte daquela discussão dizia respeito ao modelo organizacional que o grupo de trabalho iria adotar, sendo seu entendimento que caberia aos respetivos membros a definição da metodologia de funcionamento e a calendarização das atividades. Chamou ainda a atenção para o facto de a maior parte das iniciativas legislativas que tramitavam na Comissão respeitarem a matéria laboral e, ainda que de forma indireta, contribuírem para um modelo de trabalho mais digno, pelo que, no limite, todas podiam ser integradas na apreciação do grupo de trabalho, posição com a qual não estava de acordo, defendendo que o grupo de trabalho devia ter um escopo preciso: a agenda para o trabalho digno e eventuais propostas que com esse tema se relacionassem diretamente. Para concluir o debate, a Senhora Vice-Presidente colocou à consideração uma formulação para a designação do Grupo de Trabalho nos seguintes termos: «Grupo de Trabalho - Alterações à legislação laboral no âmbito da agenda para o trabalho digno», sugestão que mereceu a concordância dos presentes, tendo sido deliberado, por unanimidade, a constituição do referido grupo.

Nesta fase, foi retomado o ponto de ordem do dia que havia ficado pendente:

4. Apreciação e votação do relatório final sobre a [Petição n.º 339/XIV/3.ª](#) — Pelo acesso à antecipação da reforma dos trabalhadores em regime 3 turnos rotativos, da iniciativa de Luis Fernando Gonçalves Gomes (1000 assinaturas);

O Senhor Deputado Fernando José (PS), na qualidade de relator, apresentou o [relatório final](#) sobre a petição identificada em epígrafe, referindo-se ao seu objeto e às iniciativas legislativas que se encontravam pendentes sobre matéria idêntica. De seguida, mencionou, de forma sintética, as conclusões que constam do relatório, salientando as diligências que propunha serem adotadas. Aberta a discussão, o Senhor Deputado José Moura Soeiro (BE) sugeriu que à lista de iniciativas pendentes elencadas no relatório fosse acrescentado o **Projeto de Lei n.º 163/XV/1.ª (BE)** — [Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos \(22.ª alteração ao Código do Trabalho\)](#), sugestão acolhida pelo Deputado relator. Submetido a votação, com a alteração *supra* referida, o relatório foi aprovado por unanimidade.



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

6. Apreciação do contributo da Comissão a remeter ao [GT – Alteração do Regimento da Assembleia da República](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias;

Neste ponto, a Senhora Vice-Presidente aludiu à proposta elaborada pelos Serviços de Apoio à Comissão, que havia sido previamente distribuída a todos os membros da Comissão, sugerindo que se remetesse ao GT – Alteração do Regimento da Assembleia da República, para apreciação, uma proposta de alteração ao n.º 6 do artigo 206.º do RAR, nos termos e fundamentos que abaixo se transcrevem:

«Deixa-se à consideração a possibilidade de alteração do n.º 6 do artigo 206.º do RAR, no sentido de clarificar que a audição do ministro responsável pela área da segurança social, em sede de apreciação na generalidade do OE, é uma audição realizada pelas comissões com competências em matéria de orçamento e finanças e em matéria de segurança social, portanto, realizada conjuntamente.

Tendo presente a redação atual da referida norma, e salvo melhor opinião, sugerimos que a expressão comissão parlamentar pudesse passar ao plural, com a eventual inclusão do adjetivo conjunta, nos seguintes termos: («6 - Para efeitos de apreciação da proposta de lei do Orçamento, no prazo previsto nos n.ºs 1 e 3, terá lugar uma reunião conjunta das comissões parlamentares competentes em razão da matéria, com a presença obrigatória dos ministros responsáveis pelas áreas das finanças e da segurança social, aberta à participação de todos os Deputados.») – sublinhado nosso - , o que permitiria esclarecer que se trata efetivamente de uma reunião das comissões que escrutinam os dois ministros identificados, como vem sendo prática reiterada ao longo dos anos, e tal como aliás sucede na especialidade do processo orçamental, nos termos do n.º 2 do artigo 211.º do RAR («2 - A discussão do orçamento de cada ministério efetua-se numa reunião conjunta da comissão referida no número anterior com a comissão ou as comissões parlamentares permanentes competentes em razão da matéria.»)»

Colocada à consideração dos Grupos Parlamentares, a proposta foi acolhida por unanimidade, tendo sido deliberado o envio ao referido Grupo de Trabalho enquanto proposta de alteração da Comissão.



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

#### 7. Outros assuntos

- Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre a redução dos subsídios de educação especial pagos pela Segurança Social nos primeiros meses de 2022, bem como a redução dos apoios concedidos em várias outras prestações;

O Grupo Parlamentar do BE opôs-se à inclusão na ordem do dia da discussão e votação do requerimento *supra* identificado, pelo que se determinou o seu agendamento na ordem de trabalhos da reunião seguinte.

- Calendarização das audições pendentes.

Sobre este tópico, a Senhora Vice-Presidente elencou as audições que se encontravam pendentes de agendamento, em resultado da aprovação de diversos requerimentos nas reuniões anteriores, salientando a necessidade de os Grupos Parlamentares indicarem a sua preferência quanto à prioridade no agendamento, tendo em consideração o curto espaço de tempo que restava até à interrupção dos trabalhos parlamentares no mês de julho. Deu ainda nota de que, quer a DECO, sobre o tema do corte nos apoios sociais, quer o IEFP, quanto ao tema do acolhimento dos refugiados ucranianos, informaram ter disponibilidade para participar em audição no dia 29 de junho. O Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) disse considerar relevante terminar as audições sobre o tema do corte nos apoios sociais, sinalizando a prioridade que o seu Grupo Parlamentar dava ao agendamento da audição da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social sobre essa temática, devendo seguir-se o agendamento das audições sobre a questão do acolhimento de refugiados. Face à posição transmitida pelo Grupo Parlamentar do PSD e aquela que já tinha sido a disponibilidade manifestada por algumas das entidades a ouvir, a Senhora Vice-Presidente sugeriu que na próxima reunião fossem agendadas as audições da DECO e do IEFP e, na reunião seguinte, ou na outra, se tentasse o agendamento da audição da Senhora Ministra e do ISS, I.P., esta última sobre o tema do acolhimento de refugiados. O agendamento das restantes audições devia ser feito segundo a ordem de entrada dos requerimentos e mediante a disponibilidade das entidades a serem ouvidas, admitindo que podiam existir algumas audições cuja realização podia só vir a ocorrer em setembro, quando os trabalhos parlamentares fossem retomados. A sugestão da Senhora Vice-Presidente mereceu o consenso de todos os Grupos Parlamentares.



## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

Após uma curta interrupção, os trabalhos foram retomados nos seguintes termos:

II Parte

11h00

Audição da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, a requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), bem como sobre a redução da composição dos cabazes distribuídos.

- *Agostinho Jardim Moreira*, Presidente
- *Sandra Araújo*, Diretora Executiva

A Senhora Vice-Presidente cumprimentou os membros da delegação que representou a Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal na audição, agradecendo a sua presença e disponibilidade. Referiu ainda o objeto da audição, bem como o formato em que a mesma decorreria, dando de seguida a palavra à Senhora Deputada Maria Gabriela Fonseca (PSD) que, na qualidade de proponente, explicou os fundamentos do [requerimento](#) apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Seguiu-se uma intervenção de resposta por parte da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, na pessoa do seu Presidente, Agostinho Jardim Moreira.

Na ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Cristina Mendes da Silva (PS), Maria Gabriela Fonseca (PSD), Jorge Galveias (CH), Rui Rocha (IL), Diana Ferreira (PCP) e José Moura Soeiro (BE). No final, em resposta às intervenções anteriores, tomaram a palavra o Presidente e a Diretora Executiva da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal, Agostinho Jardim Moreira e Sandra Araújo.

Antes de dar por concluída a audição, a Senhora Vice-Presidente reiterou o agradecimento inicial pela presença da Rede Europeia Anti-Pobreza Portugal e solicitou que pudessem ser remetidos à Comissão quaisquer elementos sobre as matérias abordadas, que fossem considerados úteis para a reflexão sobre o tema, admitindo que o tempo em que decorriam as audições nem sempre permitia transmitir toda a informação relevante.

A [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.





## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL

12h15

Audição do Instituto de Segurança Social, I.P., a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD, do PCP e do IL, sobre a redução do número de beneficiários do Programa de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) e as dificuldades no acesso a prestações sociais.

- *Catarina Marcelino*, Presidente do ISS, I.P. em regime de suplência;

A Senhora Vice-Presidente cumprimentou a Senhora Presidente do Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) em regime de suplência, Dra. Catarina Marcelino, agradecendo a sua presença e disponibilidade. Referiu ainda o objeto da audição, bem como o formato em que a mesma decorreria, dando de seguida a palavra aos requerentes, as Senhoras e os Senhores Deputados Nuno Carvalho e Helga Correia (PSD); Diana Ferreira (PCP); e Rui Rocha (IL), que expuseram os fundamentos dos requerimentos apresentados respetivamente pelos Grupos Parlamentares do [PSD](#), do [PCP](#) e do [IL](#), respondendo a Senhora Presidente do ISS, I.P. em regime de suplência logo de seguida .

Na ronda dedicada às intervenções dos Grupos Parlamentares, usaram da palavra as Senhoras e os Senhores Deputados Cristina Mendes da Silva (PS), Nuno Carvalho e Helga Correia (PSD), Jorge Galveias (CH), Rui Rocha (IL), Diana Ferreira (PCP) e José Moura Soeiro (BE). No final, a Senhora Presidente do ISS, I.P. em regime de suplência respondeu ao conjunto das perguntas formuladas.

Antes de dar por concluída a reunião, a Senhora Vice-Presidente reiterou o agradecimento inicial pela presença da Senhora Presidente do ISS, I.P. em regime de suplência, não sem que antes o Senhor Deputado Nuno Carvalho (PSD) pedisse a palavra para informar que fariam chegar à Mesa a notícia sobre uma funcionária que não conseguia introduzir os dados de nenhum candidato ao POAPMC no respetivo sistema, considerando que esta referência seria útil para futuras audições, já que nesta não fora possível apurar quantos candidatos continuavam a ficar de fora do Programa.

Também esta [audição](#) foi gravada em suporte [vídeo](#), constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.



**Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

**ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL**

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 50 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 de junho de 2022.

**A Vice-Presidente da Comissão**

**(Diana Ferreira)**



**Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

**ATA NÚMERO 10/XV/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura (PS)  
Cristina Mendes da Silva (PS)  
Cristina Sousa (PS)  
Fernando José (PS)  
Gilberto Anjos (PS)  
Jorge Gabriel Martins (PS)  
Marta Freitas (PS)  
Paula Reis (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Sérgio Monte (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Hugo Maravilha (PSD)  
Joana Barata Lopes (PSD)  
Nuno Carvalho (PSD)  
Jorge Galveias (CH)  
Rui Rocha (IL)  
Diana Ferreira (PCP)  
José Moura Soeiro (BE)  
Ana Isabel Santos (PS)  
Francisco César (PS)  
Miguel Cabrita (PS)  
Lina Lopes (PSD)  
Maria Gabriela Fonseca (PSD)  
Paula Cardoso (PSD)  
Rui Cruz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Cerqueira (PSD)  
Isabel Meireles (PSD)  
Pedro Roque (PSD)